



DIÁRIO OFICIAL DE SANTA CATARINA

EXTRATO DIGITAL DE PUBLICAÇÃO

Extrato de Publicação, referente a matéria
matéria nº: 97727 de 26/03/2013
Edição Eletrônica nº 19542



Código de Verificação



Assinado de forma digital por FUNDO DE
MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS
OFICIAIS - 14284443000197

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

Apresentamos para apreciação de V. Sas. o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Do Processo de Recuperação Judicial

A Companhia ingressou em 05.05.2011, junto a Vara Comercial do Foro da Comarca de Brusque, com Pedido de Recuperação Judicial. Transcorridos os trâmites legais e processuais, o Juízo da Recuperação decidiu, em 28.02.2012 pela convalidação em falência, porém, com a continuidade das atividades. Em 30.04.2012 foi publicada a liminar que suspendeu a convalidação em falência proferida em 28.02.2012, retornando o processamento da Recuperação Judicial. A Companhia aguarda o julgamento do mérito junto a Câmara Civil Especial, do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

Produção, Vendas e Estoques

O volume de produção do ano de 2012 foi 48,29% maior em comparação ao ano de 2011. O volume de vendas físicas do ano de 2012, em comparação ao ano de 2011, foi 38,30% maior. As vendas físicas destinadas ao mercado externo que no ano de 2011 representaram 15,70%, no ano de 2012 representaram 16,80%.

A Companhia, desde o Pedido de Recuperação Judicial, em 05.05.2011, têm atravessado um período de retomada da credibilidade junto aos seus fornecedores e clientes. O melhor desempenho da produção e do faturamento já são significativos e o incremento da demanda, uma consequência do trabalho constante para reconquista do mercado. As metas de faturamento da Companhia no ano de 2012 quase alcançou os volumes projetados.

Recursos Humanos

A Companhia mantém os incentivos para a qualificação profissional e o desenvolvimento dos seus colaboradores. Os

investimentos na área social, em desenvolvimento pessoal e profissional no exercício de 2012, importaram R\$ 1.502 mil. Encerramos o exercício com 851 colaboradores (640 ativos e 211 afastados), contra 882 colaboradores (600 ativos e 282 afastados) em 31 de dezembro de 2011.

Investimentos

A Companhia efetuou em 2012, investimentos que totalizaram R\$ 5.015 mil. Apesar das restrições de linhas de crédito, os investimentos neste exercício de 2012 foram direcionados, em sua maioria, para aquisição de equipamentos destinados à prestação de serviços nos setores de fiação e acabamento. Para o próximo ano, não há previsão de investimentos relevantes.

Resultados e Perspectivas

A Companhia registrou uma evolução crescente no resultado da atividade no exercício de 2012, porém sem ainda alcançar o seu ponto de equilíbrio dos negócios.

A Companhia manterá constante busca pela redução de custos e despesas, afim de tornar o negócio rentável e competitivo. O setor têxtil ainda aguarda ações por parte do governo para intervir no cenário atual, auxiliando com a redução da carga tributária e linhas de créditos para dar condições efetivas e evitar a concorrência desleal dos produtos importados.

O resultado do exercício de 2012 apresentou um prejuízo da atividade na ordem de R\$ 10.945 mil contra um prejuízo da atividade de R\$ 27.486 mil no exercício de 2011. A Companhia manteve os procedimentos de compensação dos passivos mensais previdenciários, fiscais e tributários junto a RFB com os créditos do processo transitado em julgado de Crédito Prêmio de IPI no exercício de 2012. Para o exercício de 2013 não haverá mais compensação com os créditos do processo transitado em julgado de Crédito Prêmio de IPI.

A Companhia continua investindo em três fontes de receita bruta, sendo: mercado nacional, mercado internacional e a prestação de serviços de industrialização para terceiros. Para

o mercado interno a Companhia investe em lançamentos constantes e estratégicos, direcionados para um produto diferenciado e de alto valor agregado. Nas exportações, busca parcerias para produções exclusivas e diferenciadas, afastando-se da concorrência direcionada às "commodities." A prestação de serviços de industrialização para terceiros, continua sendo uma boa opção para ocupação de alguns setores fabris ociosos dentro da nova estrutura de produção e vendas.

O trabalho de reconquista da credibilidade da empresa junto aos seus parceiros comerciais e financeiros, continua diariamente, buscando cumprir todos os compromissos assumidos e proporcionando assim, a perenidade à essa nova fase dos negócios da Companhia.

Auditores Independentes

Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que nossos Auditores Independentes, Cassuli Auditores Independentes SS, somente prestaram serviços de auditoria das demonstrações financeiras no exercício de 2012.

Declaração da Diretoria

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no parecer da Cassuli Auditores Independentes SS e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.

Agradecimentos

Por tudo que compartilhamos, agradecemos o apoio e a confiança que recebemos dos nossos Acionistas, Clientes, Fornecedores e Instituições Financeiras, bem como o valioso e essencial empenho de nossos colaboradores, para o alcance de nossos objetivos.

Brusque (SC), Janeiro de 2013.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(em milhares de reais)

ATIVO	Notas	2012	2011	PASSIVO	Notas	2012	2011
CIRCULANTE		23.868	22.189	CIRCULANTE		153.466	128.185
Caixa e Equivalentes	6	70	21	Instituições Financeiras	16	30.106	17.805
Aplicações Financeiras		106	178	Instituições Financeiras em			
Duplicatas a Receber	7	12.150	8.885	Recup.Judicial	16	40.513	38.223
Estoques	8	7.162	8.787	Fornecedores	15	13.245	11.324
Impostos a Recuperar	9	1.711	1.380	Fornecedores em Recup.Judicial	15	40.492	37.703
Adiantamentos Operacionais		2.381	2.484	Obrigações Trabalhistas, Sociais e Tributárias	15	16.063	12.536
Ativos Não Circul. Mantidos				Obrigações Trabalhistas em			
p/Venda	12	149	311	Recup.Judicial	15	11.414	7.934
Despesas do Exercício Seguinte		139	143	Adiantamento de Clientes	15	1.499	1.977
NÃO-CIRCULANTE		196.936	185.456	Outras Contas	15	134	683
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO..		47.309	35.888	NÃO CIRCULANTE		123.647	120.093
Depósitos Judiciais	9	39	80	Instituições Financeiras	16	3.471	10.471
Impostos Recuperáveis	9	47.270	35.808	Fornecedores	15	3.432	3.937
PERMANENTE		149.627	149.568	Honorários Advocatícios	15	948	761
Investimentos		23	51	Honorários Advocatícios em			
Imobilizado	10	147.715	147.331	Recup.Judicial	15	11.060	8.874
Ativos Biológicos	11	1.703	1.870	Obrigações Sociais e Tributárias	15	12.209	12.297
Intangível	13	186	316	Provisões para Contingências ..	18	48.157	38.331
				Tributos Diferidos	17	44.370	45.422
TOTAL DO ATIVO		220.804	207.645	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(56.309)	(40.633)
				Capital Social		33.047	32.805
				Ajuste Avaliação Patrimonial		84.993	86.873
				Prejuízos Acumulados		(174.349)	(160.311)
				TOTAL DO PASSIVO		220.804	207.645

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(em milhares de reais)

	2012	2011
REND OPERACIONAL BRUTA	76.200	66.598
Venda de Produtos no País	67.385	61.343
Venda de Produtos no Exterior	8.815	5.255
Deduções de Vendas	(15.350)	(19.321)
REND OPERACIONAL LÍQUIDA	60.850	47.277
Custo dos Produtos Vendidos	(58.445)	(61.849)
LUCRO/(PREJUÍZO) OPERACIONAL BRUTO	2.405	(14.572)
Despesas/Receitas Operacionais	(19.375)	(94.685)
Remuneração dos Administradores	(680)	(643)
Despesas Comerciais	(8.179)	(6.849)
Despesas Gerais e Administrativas	(4.430)	(5.422)
Despesas Financeiras	(16.072)	(16.104)
Receitas Financeiras	4.909	3.724
Outros Resultados Operacionais	5.077	(69.391)
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO IRPJ/CSLL	(16.970)	(109.257)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(16.970)	(109.257)
PREJUÍZO POR AÇÃO	(3,50)	(22,71)

As notas explicativas da Administração

são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(em milhares de reais)

	2012	2011		2012	2011
Prejuízo Líquido do Exercício	(16.970)	(109.257)	Tributos Diferidos s/Realização do Custo Atribuído -		
Tributos Diferidos s/Realização da Reserva de Reavaliação	-	450	Leasing 2009/2010	-	319
Tributos Diferidos s/Realização do Custo Atribuído	967	2.990	Reversão Pte Constit.Tributos Diferidos s/Leasing - 2009	-	73
Tributos Diferidos s/Regularização Realização do Custo Atribuído 2009/2010	-	(1.090)	Incorporação de Capital - FC Têxtil	242	-
Tributos Diferidos s/Realização do Custo Atribuído - Leasing	84	83	Outros Resultados Abrangentes	1.293	2.825
			Resultado Abrangente Total	(15.677)	(106.432)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (em milhares de reais)

	Capital Social	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Patrimônio Líquido
Em 31.12.2010	32.805	(59.205)	92.411	66.011
Prejuízo Líquido do Exercício.....	-	(109.257)	-	(109.257)
Realização Reserva de Reavaliação.....	-	3.307	(3.307)	-
Tributos Diferidos s/Realização da Reserva de Reavaliação.....	-	-	450	450
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado.....	-	8.794	(8.794)	-
Tributos Diferidos s/Realização do Custo Atribuído.....	-	-	2.990	2.990
Tributos Diferidos s/Realização do Custo Atribuído - Leasing 2011	-	83	-	83
Regularização Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado 2009/2010.....	-	(3.070)	3.070	-
Tributos Diferidos s/Regularização Realização do Custo Atribuído 2009/2010.....	-	-	(1.090)	(1.090)
Tributos Diferidos s/Realização do Custo Atribuído - Leasing 2009/2010	-	319	-	319
Reversão parte Adoção inicial IFRS.....	-	1	(1)	-
Tributos Diferidos sobre Leasing - 2009.....	-	(1.144)	1.144	-
Reversão Pte Constit.Tributos Diferidos s/Leasing - 2009.....	-	73	-	73
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	2.825
Resultado Abrangente Total	-	-	-	(106.432)
Creditos Tributários MP nº 470/09	-	(212)	-	(212)
Em 31.12.2011	32.805	(160.311)	86.873	(40.633)
Prejuízo Líquido do Exercício.....	-	(5.766)	-	(5.766)
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado.....	-	739	(739)	-
Tributos Diferidos s/Realização do Custo Atribuído	-	-	251	251
Tributos Diferidos s/Realização do Custo Atribuído - Leasing	-	21	-	21
Em 31.03.2012	32.805	(165.317)	86.385	(46.127)
Prejuízo Líquido do Exercício.....	-	(4.289)	-	(4.289)
Incorporação de Capital - FC Têxtil.....	242	-	-	242
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado.....	-	677	(677)	-
Tributos Diferidos s/Realização do Custo Atribuído	-	-	230	230
Tributos Diferidos s/Realização do Custo Atribuído - Leasing	-	21	-	21
Em 30.06.2012	33.047	(168.908)	85.938	(49.923)
Prejuízo Líquido do Exercício.....	-	(3.948)	-	(3.948)
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado.....	-	716	(716)	-
Tributos Diferidos s/Realização do Custo Atribuído	-	-	244	244
Tributos Diferidos s/Realização do Custo Atribuído - Leasing	-	21	-	21
Em 30.09.2012	33.047	(172.119)	85.466	(53.606)
Prejuízo Líquido do Exercício.....	-	(2.967)	-	(2.967)
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado.....	-	716	(716)	-
Tributos Diferidos s/Realização do Custo Atribuído	-	-	243	243
Tributos Diferidos s/Realização do Custo Atribuído - Leasing	-	21	-	21
Em 31.12.2012	33.047	(174.349)	84.993	(56.309)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (em milhares de reais)			DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (em milhares de reais)		
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2012	2011		2012	2011
Prejuízo Líquido do Exercício	(16.970)	(109.257)	RECEITAS	79.595	58.951
Ajuste por:			Venda de Mercadorias	73.708	57.519
Depreciação	4.173	6.847	Outras Receitas.....	6.022	1.446
Perda (Ganho) de Bens do Ativo Permanente.....	561	4.742	Provisão P/Devedores Duvidosos.....	(135)	(14)
Provisão Para Devedores Duvidosos	135	14	INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(53.005)	(55.501)
Ajuste Valor Justo Ativos Biológicos.....	183	450	Custo dos Produtos, Mercadorias e Serviços Vendidos	(33.813)	(33.723)
Despesas Financeiras Apropriados pelo Regime de Competência..	7.036	2.367	Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros.....	(19.192)	(21.778)
Variação dos Ativos e Passivos			VALOR ADICIONADO BRUTO	26.590	3.450
Redução (Aumento) nas Contas a Receber de Clientes	(3.265)	6.280	Depreciações	(4.173)	(6.847)
Redução nos Estoques	1.625	5.112	VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	22.417	(3.397)
Redução em Títulos e Valores Mobiliários.....	72	36	VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	4.909	3.724
Aumento (Redução) em outras contas a receber	220	(892)	Receitas Financeiras.....	4.909	3.724
Redução (Aumento) em Impostos a Recuperar.....	(11.752)	76.636	VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	27.326	327
Aumento (Redução) em Fornecedores.....	6.578	(24.039)	DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	27.326	327
Aumento (Redução) nas Obrigações Sociais,			Empregados	25.407	24.600
Trabalhistas e Tributárias.....	6.919	(1.231)	Salários e Encargos.....	22.576	22.216
Redução em Outras Contas a Pagar.....	(1.027)	(2.100)	Benefícios	1.473	1.160
Aumento em Provisão p/Contingências	9.826	33.992	FGTS	1.358	1.224
CAIXA LÍQUIDO ATIVIDADES OPERACIONAIS	4.314	(1.043)	Tributos	1.986	67.001
CAIXA LÍQUIDO ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(4.976)	1.288	Federais	2.038	1.503
Recebimento pela Venda de Ativos Imobilizados	39	1.436	Créditos Tributários.....	-	64.213
Aquisição de Ativos Imobilizados e Intangível	(5.015)	(148)	Estaduais	(52)	1.285
CAIXA LÍQUIDO ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	711	(362)	Juros e Aluguéis	16.903	17.983
Captação de Empréstimos e Financiamentos.....	101.795	65.240	Juros	16.072	16.104
Amortização de Empréstimos e Financiamentos	(101.084)	(65.602)	Aluguéis	191	798
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES	49	(117)	Royalties	295	636
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	21	138	Ajuste Valor Justo Ativos Biológicos.....	345	450
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	70	21	Efeitos MP nº 470/09 e Lei nº 11.941/09	-	(5)
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.			Remuneração de Capital Próprio	(16.970)	(109.257)
			Prejuízo Líquido do Exercício	(16.970)	(109.257)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Em milhares de Reais)

1 - INFORMAÇÕES GERAIS

A Empresa **BUETTNER S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO - Em Recuperação Judicial** é uma Companhia Aberta e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 82.981.812/0001-20, e NIRE - Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 423.0000.253-4. Está sediada na cidade de Brusque (SC), Rua Edgar Von Buettner, nº 941, Bairro Bateas, CEP 88.355-350.

A Companhia tem por objeto a indústria têxtil, compreendendo todos os ramos complementares, comercialização e exportação de seus produtos, importação, atividades relacionadas ao florestamento e reflorestamento, podendo ainda participar de outras sociedades de igual ou diversa finalidade, como acionista ou quotista, a critério do Conselho de Administração. Tem sede em Brusque (SC) e unidade industrial em Canelinha (SC).

A emissão destas demonstrações financeiras individuais foi autorizada pela Administração em 24.01.2013.

Do Processo de Recuperação Judicial

A Companhia ingressou em 05.05.2011, junto a Vara Comercial do Foro da Comarca de Brusque, com pedido de Recuperação Judicial. Em 13.05.2011, obteve o deferimento do Processamento da Recuperação Judicial. Em 17.05.2011, foi publicado o edital limitando para 18.07.2011 a apresentação do plano de Recuperação Judicial em juízo.

Em 18.07.2011 foi apresentando o Plano de Recuperação Judicial em juízo, definindo para o dia 29.09.2011 a realização da Assembleia Geral de Credores - 1ª Convocação. Nesta data, visto o atendimento do quorum mínimo, foi instalada a Assembleia Geral de Credores. Inicialmente, a Companhia apresentou proposta de alteração do Plano de Recuperação. Após a explanação em Assembleia e manifestação dos Credores, foi deliberado: a) Formação do Comitê de Credores; b) Aprovação do Plano de Recuperação, observado o disposto no artigo 45 da Lei nº 11.101/2005, com as alterações propostas: 100% (cem por cento) dos credores titulares de créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho e 57,38% (cinquenta e sete virgula trinta e oito por cento) dos valores e 81,06% (oitenta e um virgula seis por cento) dos presentes relativos aos credores titulares de créditos quirografários, com privilégio especial, com privilégio geral ou subordinados; e c) Os credores com garantia real, em função de não terem sido alteradas as condições de pagamento do seu crédito, não tiveram seu voto considerado para verificação do resultado das deliberações.

Transcorridos os trâmites legais e processuais, o Juízo da Recuperação decidiu, em 28.02.2012 pela convalidação em falência, porém, com a continuidade das atividades. Na data de 14.03.2012, o recurso interposto em 02.03.2012 junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, teve o seu efeito suspensivo negado, sendo encaminhado para deliberação do mérito junto a Câmara Civil Especial.

Em 19.04.2012, a Companhia impetrou Mandado de Segurança (autos nº 2012.023517-4), distribuído ao Grupo de Câmaras de Direito Comercial do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, contra ato da MM. Juíza de Direito de Segundo Grau, o qual indeferiu a atribuição de efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento nº 2012.011858-6, tendo, em 23.04.2012 (publicação no Diário da Justiça de 30.04.2012), sido concedida decisão, em caráter liminar, para fins de concessão do efeito suspensivo pleiteado, retornando a Companhia ao processamento de sua "RECUPERAÇÃO JUDICIAL".

Do Processo de Incorporação da sociedade FC Têxtil Ltda Em 26.06.2012, quando da realização de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foi aprovada a incorporação da Sociedade FC Têxtil Ltda, que operava nas dependências da Companhia e prestava serviços essenciais ao processo de produção da mesma.

Foi arquivado junto à Junta Comercial do Estado de Santa Catarina em 26.09.2012 a Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, bem como o Protocolo e Justificação de Incorporação que aprovou a incorporação da empresa FC Têxtil na empresa Buettner S.A.

2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários e pelo IFRS - International Financial Reporting Standard.

3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**3.1 Políticas Contábeis**

No processo de convergência ao IFRS conforme as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e os Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, as principais políticas contábeis adotadas pela empresa foram:

a) A realização de testes de recuperabilidade dos ativos nos termos do Pronunciamento Técnico CPC nº 01, sempre que houver indicações internas ou externas de estes possam estar desvalorizados;

b) Criação da conta de ajuste de avaliação patrimonial para contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo;

c) A avaliação do valor justo do imobilizado para determinação do custo atribuído (deemed cost) e a respectiva revisão da vida útil.

3.2 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.3 Compensação Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.4 Transações em Moeda Estrangeira

Essas demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e Passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa

São classificados como caixa e equivalentes de caixa, numérico em poder da empresa, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos.

3.6 Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: a) registrados pelo valor justo por meio do resultado e b) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) *Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

(b) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "caixa e equivalentes de caixa".

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (impairment).

3.7 Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para impairment (perdas no recebimento de créditos). Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente e ajustado pela provisão para impairment se necessária.

3.8 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é determinado usando o método do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

3.9 Ativo Não-Circulante Mantidos para Venda

Os ativos não-circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, quando se tratar de uma venda e quando a efetivação dessa venda for praticamente certa. Estes são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, menos os custos de venda, se o valor contábil puder ser recuperado, principalmente, por meio de uma operação de venda, e não pelo uso contínuo.

3.10 Ativos Biológicos

Os ativos biológicos são mensurados, no reconhecimento inicial e em cada balanço, pelo valor justo, utilizando o método do valor presente do fluxo de caixa líquido esperado do ativo, descontado à taxa corrente do mercado e menos as despesas de venda. As alterações no valor justo menos as despesas de venda são reconhecidas no resultado. A madeira em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apurados na data de corte.

3.11 Imobilizado

Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Deliberação CVM nº 619/09, a empresa concluiu as análises periódicas com o objetivo de revisar e ajustar a vida útil econômica estimada para o cálculo de depreciação. Para fins dessa análise, a empresa se baseou na expectativa de utilização dos bens, e a estimativa referente à vida útil dos ativos, bem como, a estimativa do seu valor residual, conforme experiências anteriores com ativos semelhantes, concomitantemente apurou o valor justo desses ativos para a determinação do custo atribuído. O valor justo apurado em 01.01.2010 foi considerado como o custo atribuído destes ativos em 01.01.2009, data de transição as normas internacionais de contabilidade - IFRS - International Financial Reporting Standards (Padrões de Relatórios Financeiros Internacionais). O valor justo apurado em 01.01.2010 não difere significativamente do valor justo que o imobilizado teria em 01.01.2009. Desta forma, a partir de 01.01.2009, os itens do imobilizado são apresentados pelo método do custo, deduzidos da respectiva depreciação. O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do mesmo possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

	A partir de 01.01.2009	Até 31.12.2008
• Edifícios.....	30-42 anos	25 anos
• Máquinas e Equipamentos.....	2-18 anos	10 anos
• Móveis e Utensílios.....	2-12 anos	10 anos
• Outros Componentes.....	2-12 anos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.12 Intangível

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas pelo custo histórico. As marcas, por serem consideradas ativos com vida útil indefinida, não são amortizadas. As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada. A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

3.13 Ativos Arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

3.14 Impairment de Ativos Não Financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos biológicos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época. Uma perda

por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

3.15 Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente.

3.16 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.17 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.18 Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.19 Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.20 Reconhecimento das Receitas de Vendas

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

3.21 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- impairment dos ativos imobilizados e intangíveis;
- expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do imposto de renda e da contribuição social; e,
- passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da empresa.

4 - GERENCIAMENTO DE RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento a Deliberação CVM nº 604, de 19.11.2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnico CPC nºs 38, 39 e 40, e a Instrução CVM nº 475, de 17.12.2008, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- a) Recebíveis:** São classificados como recebíveis os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização;
 - b) Aplicações Financeiras:** Referem-se a investimentos em títulos de alta liquidez, não sujeitos a riscos significativos de mudança de valor. Parte expressiva do saldo está atrelada ao vencimento de operações de crédito. Em face do vínculo com essas operações, a Administração da Companhia não prevê o resgate dos valores antes dos seus vencimentos. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado, com as variações nesses valores refletidas na demonstração do resultado;
 - c) Derivativos:** A empresa não mantém operações em derivativos;
 - d) Outros passivos financeiros:** São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais;
 - e) Valor justo:** Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis;
 - f) Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros:** A Administração da Companhia realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios;
 - Riscos de taxas de juros**
- O objetivo da política de gerenciamentos de taxas de juros da Companhia é o de minimizar as possibilidades de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos

captados no mercado. Para o gerenciamento do risco de taxa de juros, a Companhia adota a estratégia de diversificação de instrumentos financeiros lastreado em taxas fixas e variáveis. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adotam política conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

A fim de apresentar os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a empresa, conforme determinado pela CVM, por meio das Instruções nºs 475 e 550/08 apresentamos a seguir, demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação (aumento) da taxa de juros em 1 ponto percentual, que resultaria no aumento das despesas financeiras no montante aproximado de:

	Análise	
Dívida Bancária por Taxa	31.12.2012	Risco Juros
Sem Atualização - R.J.....	40.513	-
CDI	1.540	15
Pré-Fixada	24.106	241
TJLP	7.931	79
Total	74.090	335

• **Riscos de taxas de câmbio**

A Companhia está exposta ao risco de taxa de câmbio nas operações de captação de recursos indexadas a moeda estrangeira (Dólar e Euro). Para reduzir esse risco, a Administração da Companhia monitora permanentemente o mercado de câmbio.

5 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Ativos Financeiros em 31.12.2012		
Conforme Balanço Patrimonial		
Caixa e equivalentes	-	-
Aplicações Financeiras.....	106	-
Contas a receber	-	-
Total	106	-

Ativos Financeiros em 31.12.2011		
Conforme Balanço Patrimonial		
Caixa e equivalentes	-	-
Aplicações Financeiras.....	178	-
Contas a receber	-	-
Total	178	-

Passivos Financeiros em 31.12.2012		
Conforme Balanço Patrimonial		
Fornecedores	-	-
Fornecedores - R.J.....	-	-
Empréstimos/Financiamentos	-	-
Empréstimos/Financiamentos - R.J.....	-	-
Arrendamentos	-	-
Arrendamentos - R.J.	-	-
Total	-	-

Passivos Financeiros em 31.12.2011		
Conforme Balanço Patrimonial		
Fornecedores	-	-
Fornecedores - RJ.....	-	-
Empréstimos/Financiamentos	-	-
Empréstimos/Financiamentos - RJ.....	-	-
Arrendamentos	-	-
Arrendamentos - RJ	-	-
Total	-	-

6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
	31.12.2012	31.12.2011
Caixa	47	13
Bancos Conta Movimento	23	8
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	70	21

Descrição	31.12.2012	Cenário I	Cenário II
Ativos			
Clientes no Mercado			
Externo	2.305	2.369	2.426
Total	2.305	2.369	2.426
Passivos			
Dívida Bancária	714	733	751
Fornecedores do Mercado Externo	745	766	784
Total	1.459	1.499	1.535
Exposição Líquida - R\$ Mil	(846)	(870)	(891)
Exposição Líquida - US\$ Mil	(414)	(414)	(414)
Taxa Dólar	2,0435	2,10	2,15

• **Risco de crédito**

A Companhia não possui concentração de risco de crédito de clientes, em decorrência da diversificação da carteira de clientes, além do contínuo acompanhamento dos prazos de financiamento das vendas. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco de crédito avaliadas por agências independentes de rating.

• **Risco de liquidez**

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

• **Gestão de risco de capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
	Empréstimos e Recebíveis	Total
Caixa e equivalentes	70	70
Aplicações Financeiras.....	-	106
Contas a receber	12.150	12.150
Total	12.220	12.326
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
	Empréstimos e Recebíveis	Total
Caixa e equivalentes	21	21
Aplicações Financeiras.....	-	178
Contas a receber	8.885	8.885
Total	8.906	9.084
Outros Passivos Financeiros		
	Financeiros	Total
Fornecedores	17.625	17.625
Fornecedores - R.J.....	51.552	51.552
Empréstimos/Financiamentos	32.253	32.253
Empréstimos/Financiamentos - R.J.....	34.757	34.757
Arrendamentos	1.324	1.324
Arrendamentos - R.J.	5.756	5.756
Total	143.267	143.267
Outros Passivos Financeiros		
	Financeiros	Total
Fornecedores	16.022	16.022
Fornecedores - RJ.....	46.577	46.577
Empréstimos/Financiamentos	26.899	26.899
Empréstimos/Financiamentos - RJ.....	34.447	34.447
Arrendamentos	1.377	1.377
Arrendamentos - RJ	3.776	3.776
Total	129.098	129.098

7 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E DEMAIS CONTAS A RECEBER		
	31.12.2012	31.12.2011
Contas a Receber de Clientes - MI ...	10.330	8.011
Contas a Receber de Clientes - ME..	2.551	1.657
Cambiais Negociadas (Exportação)..	(14)	(13)
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(717)	(770)

	31.12.2012	31.12.2011
Contas a Receber de Clientes	12.150	8.885
Outras Antecipações	2.520	2.627
Parcela Circulante	14.670	11.512
Total a Receber de Clientes	12.150	8.885
Total das Demais Contas a Receber	2.520	2.627
Total Geral.....	14.670	11.512
Aging List Contas a Receber de Clientes	31.12.2012	31.12.2011
Vencidos.....	1.581	1.008
A vencer em até 3 meses.....	9.657	7.628
A vencer entre 3 e 6 meses.....	912	249
Contas a Receber de Clientes	12.150	8.885
Contas a Receber por tipo de Moeda	31.12.2012	31.12.2011
Reais	9.845	7.450
Dólar Norte-Americano.....	2.227	1.435
Euro	78	-
Contas a Receber de Clientes	12.150	8.885
08 - ESTOQUES	31.12.2012	31.12.2011
Produtos Acabados	2.069	2.680
Matérias Primas.....	892	1.345
Produtos em Elaboração.....	3.117	3.756
Outros Estoques.....	1.084	1.006
Total dos Estoques	7.162	8.787
09 - IMPOSTOS A RECUPERAR/DEPÓSITOS JUDICIAIS	31.12.2012	31.12.2011
IRRF	16	16
ICMS.....	327	182
IPI	1.108	1.171
REINTEGRA.....	260	10
PIS/COFINS	-	1
Parcela Circulante	1.711	1.380
Crédito Prêmio de IPI (a).....	38.275	28.763
Empréstimo Compulsório - Eletrobrás (b).....	5.910	5.910
Processo PIS.....	1.233	-
INSS Atestado Médico	683	-
Outros Impostos	1.208	1.215
Parcela Não Circulante	47.309	35.888
Total de Impostos a Recuperar	49.020	37.268

a) A Companhia mantém na Justiça Federal, dois processos de ressarcimento do Crédito Prêmio de IPI relativos às exportações do período de 07.12.1979 a 05.10.1990:

- O processo que compreende o período de 07.12.1979 a 31.03.1981 após o trânsito em julgado, teve seu crédito homologado através de recebíveis em precatórios, com parcelas anuais até o ano de 2011. A Companhia transferiu em 30 de setembro de 2009 os direitos dos recebíveis em precatórios deste processo.
- O processo que compreende o período de 01.05.1985 a 05.10.1990, já teve trânsito em julgado do processo de conhecimento. A Companhia interps ação de execução de sentença, mas até 31.12.2012, não teve desfecho final. Com base em Laudo Técnico emitido em 04.12.2008, considerando a posição mais conservadora divulgada nesse documento, o saldo atualizado em 31.12.2012 monta R\$ 114.700, deduzindo as compensações já efetuadas a partir de 01.10.2009. A Companhia vem reconhecendo mensalmente o valor do crédito utilizado na compensação e, os honorários correspondentes sobre as compensações, R\$ 12.008, estão reconhecidos no passivo não-circulante. Até 31.12.2012, a Companhia utilizou, R\$ 31.601 em pedidos de compensação para liquidar débitos próprios e de terceiros. Os pedidos aguardam homologação por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil. A Companhia somente reconhece os créditos quando da efetiva compensação.
- b) O processo 97.20.05919-2 contra a Eletrobrás (Empréstimo Compulsório) foi atrelado ao Plano de Recuperação Judicial da Companhia, para pagamento das Verbas Líquidas Trabalhistas (Vide Nota Explicativa 18.b).

continua

11 - ATIVOS BIOLÓGICOS

Saldo em 31.12.2010	5.413
Perda Adoção Inicial Valor Justo.....	(4.466)
Ganho Adoção Inicial Valor Presente.....	1.817
Saldo Inicial em 01.01.2011	2.764
Adições.....	202
Baixas.....	(335)
Transferência p/Ativos Mantidos p/Venda.....	(311)
Perda Ajuste Valor Presente.....	(450)
Saldo Final em 31.12.2011	1.870
Adições.....	47
Perda Ajuste Valor Presente.....	(43)
Saldo Final em 31.03.2012	1.874
Adições.....	45
Perda Ajuste Valor Presente.....	(169)
Baixas.....	(100)
Saldo Final em 30.06.2012	1.650
Adições.....	43
Perda Ajuste Valor Presente.....	(48)
Baixas.....	(27)
Saldo Final em 30.09.2012	1.618
Adições.....	46
Ganho Ajuste Valor Presente.....	77
Baixas.....	(38)
Saldo Final em 31.12.2012	1.703

A Companhia contratou especialistas para obter o valor justo de seus ativos biológicos (reflorestamentos). O valor justo destes ativos biológicos foi obtido na data-base de 31.12.2010, utilizando o método do valor presente do fluxo de caixa líquido esperado do ativo, descontado à taxa corrente do mercado e menos as despesas de venda.

Em 31.12.2012 a Companhia revisou o valor justo de seus ativos biológicos, sendo que a perda proveniente da mudança no valor justo menos a despesa de venda de ativo biológico foi incluído no resultado do exercício de 2012.

12 - ATIVO NÃO-CIRCULANTE MANTIDOS PARA VENDA

Os ativos biológicos que a Companhia irá recuperar por meio de transação de venda foram classificados para a conta de ativo não circulante mantido para a venda. A administração da Companhia espera que a venda dos produtos de reflorestamentos (toras, toretes, etc...) seja concluída em até um ano a partir da data da classificação, e as ações necessárias para concluir o plano indicam que é improvável que possa haver alterações significativas no plano ou que o plano possa ser abandonado. O valor dos ativos biológicos reclassificados para o ativo não circulante, mantidos para venda em 31.12.2012 é de R\$ 149.

13 - INTANGÍVEL

	Marcas e Direitos de		
	Patentes	Uso	Total
Em 31.12.2010			
Custo.....	20	2.067	2.087
Depreciação Acumulada.....	-	(1.633)	(1.633)
Valor contábil líquido	20	434	454
Saldo Inicial	20	434	454
Adições.....	1	128	129
Baixas.....	(1)	-	(1)
Depreciação.....	-	(266)	(266)
Saldo Final	20	296	316
Custo.....	20	2.195	2.215
Depreciação Acumulada.....	-	(1.899)	(1.899)
Saldo em 31.12.2011	20	296	316
Saldo Inicial	20	296	316
Adições.....	-	5	5
Depreciação.....	-	(44)	(44)
Saldo Final	20	257	277
Custo.....	20	2.200	2.220
Depreciação Acumulada.....	-	(1.943)	(1.943)
Saldo em 31.03.2012	20	257	277
Saldo Inicial	20	257	277
Depreciação.....	-	(37)	(37)
Saldo Final	20	220	240
Custo.....	20	2.200	2.220
Depreciação Acumulada.....	-	(1.980)	(1.980)

Marcas e Direitos de

	Patentes	Uso	Total
Saldo em 30.06.2012	20	220	240
Saldo Inicial	20	220	240
Depreciação.....	-	(27)	(27)
Saldo Final	20	193	213
Custo.....	20	2.200	2.220
Depreciação Acumulada.....	-	(2.007)	(2.007)
Saldo em 30.09.2012	20	193	213
Saldo Inicial	20	193	213
Depreciação.....	-	(27)	(27)
Saldo Final	20	166	186
Custo.....	20	2.200	2.220
Depreciação Acumulada.....	-	(2.034)	(2.034)
Saldo em 31.12.2012	20	166	186

As marcas e patentes, por serem classificadas como intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas submetidos ao teste de recuperabilidade, de forma anual, não tendo sido identificadas perdas por "impairment".

14 - RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS (IMPAIRMENT)

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a empresa realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, para determinar se estes sofreram perdas por "impairment". Estes testes são realizados, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 01 (R) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Em 31.12.2011 a empresa realizou o teste de recuperabilidade para os ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos, não sendo identificadas perdas por "impairment".

15 - FORNECEDORES E OUTRAS OBRIGAÇÕES

	31.12.2012	31.12.2011
Contas a Pagar a Fornecedores.....	13.245	11.324
Contas a Pagar a Fornecedores - R.J.....	40.492	37.703
Contas a Pagar a Fornecedores	53.737	49.027
Obrigações Sociais.....	10.540	8.768
Obrigações Trabalhistas - R.J.....	11.414	7.934
Obrigações Tributárias.....	5.523	3.768
Outras Contas a Pagar.....	1.633	2.660
Parcela Circulante	82.847	72.157
Contas a Pagar a Fornecedores.....	3.432	3.937
Honorários Advocáticos.....	948	761
Honorários Advocáticos - R.J.....	11.060	8.874
Contas a Pagar a Fornecedores	15.440	13.572
Obrigações Sociais.....	2.259	2.287
Obrigações Tributárias.....	9.950	10.010
Parcela Não Circulante	27.649	25.869
Total a Pagar a Fornecedores.....	69.177	62.599
Total de Outras Contas a Pagar.....	41.319	35.427
Total Geral	110.496	98.026

Aging List Contas a Pagar

	31.12.2012	31.12.2011
Vencidos.....	8.205	7.354
Vencidos - R.J.....	40.492	37.272
A vencer em até 3 meses.....	1.162	3.768
A vencer entre 3 e 6 meses.....	2.664	213
A vencer entre 6 meses e 1 ano.....	1.214	420
A vencer acima de 1 ano.....	4.380	4.698
A vencer acima de 1 ano - R.J.....	11.060	8.874
Contas a Pagar Fornecedores	69.177	62.599
Contas a Pagar por tipo de Moeda	31.12.2012	31.12.2011
Reais.....	68.432	61.955
Dólar Norte-Americano.....	200	186
Euro.....	488	407
Franco Suíço.....	57	51
Contas a Pagar Fornecedores	69.177	62.599

Medida Provisória nº 470/09

Com o advento da MP nº 470/09, a Companhia protocolou em 30.11.2009, junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal, pedido de pagamento de seus débitos tributários e parcelamento do saldo remanescente junto a estes órgãos, com redução dos juros, multa e honorários, requerendo sua quitação com créditos tributários provenientes de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL. O pedido da empresa foi parcialmente indeferido na Receita Federal do Brasil - SRFB (Processo nº 13971.002348/2010-86), sendo que contra essa decisão a empresa impetrou mandado

de segurança nº 5001741-08.2010.4.04.7205 (1ª Vara Federal de Blumenau/SC), a qual teve deferida parcialmente a liminar para suspender a exigibilidade dos créditos tributários abrangidos no pedido até a prolação da sentença. A medida liminar concedida foi mantida pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, sendo que em março de 2011 foi proferida sentença de mérito, em primeira instância, julgando procedente a pretensão da empresa. Essa decisão de mérito foi confirmada mais uma vez em favor da empresa, através de acórdão proferido em setembro de 2011. Na Procuradoria da Fazenda Nacional o pedido não foi acolhido (nº 11926.004313/2009-68), sendo que a empresa também impetrou mandado de segurança nº 5006405-97.2010.4.04.7200 (3ª Vara Federal de Florianópolis/SC), o qual teve a sentença denegada. Todavia, a empresa impetrou mandado de segurança nº 5006554-97.2010.4.04.7200 (3ª Vara Federal de Florianópolis/SC), distribuído por dependência, sendo concedida liminar, bem como, em setembro de 2010, sentença de mérito, concedendo a segurança para suspender a exigibilidade dos créditos tributários discutidos no mandado de segurança nº 5006405-97.2010.4.04.7200 até o trânsito em julgado deste processo. Em 30/01/2013 ambos os mandados de segurança referentes ao débitos da Procuradoria foram julgados pelo TRF 4, com ganho de causa para a empresa. Os assessores jurídicos avaliaram como de provável ganho todos os referidos processos, razão pela qual não foi constituída nenhuma provisão para contingências conforme prevê o pronunciamento técnico CPC nº 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, aprovado pela Deliberação CVM nº 594/09.

Lei nº 11941/09

Os débitos junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Secretaria da Receita Federal e Instituto Nacional da Seguridade Social, não compreendidos na MP nº 470/09, foram parcelados e consolidados em 30.06.2011 de acordo com as condições da Lei nº 11.941/09 (180 meses). Somente não foram consolidados os débitos junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Secretaria da Receita Federal e Instituto Nacional da Seguridade Social nos parcelamentos permitidos com a MP nº 470/09 e Lei nº 11941/09, cuja avaliação, conforme assessores jurídicos, apresentaram prováveis chances de êxito em favor da Companhia.

Obrigações de PIS/COFINS/IRRF/CSRF/INSS - Apuração após 01.10.2009

A Companhia está formalizando pedidos de compensação, utilizando-se de formulário específico disponibilizado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB denominado Declaração de Compensação, para liquidar débitos próprios e de terceiros (PIS/COFINS/CSRF/IRRF/INSS) com créditos decorrente do processo de Crédito Prêmio de IPI (período de 01.05.1985 a 05.10.1990). Os pedidos aguardam homologação por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil. Até o dia 31.12.2012, para estas compensações, a Companhia ofereceu à Fazenda Pública Federal, R\$ 31.601 de seu Crédito-Prêmio de IPI que se encontra pendente de decisão judicial.

ICMS

A Companhia protocolou, em 01.09.2011, junto a Diretoria de Administração Tributária e a Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina, pedido de parcelamento dos débitos gerados até 31.12.2010, visto modalidade advinda pela Lei nº 15.510/11. Pelo fato da Companhia ter solicitado Recuperação Judicial e com o oferecimento de garantia real, o referido pedido compreendeu o parcelamento em 120 (cento e vinte) meses, sem a exigência de multa e juros. A Companhia aguarda consolidação dos pedidos por parte da Diretoria de Administração Tributária e a Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina.

Honorários Advocáticos

Referem-se aos valores devidos em função das compensações para liquidar débitos próprios e de terceiros (PIS/COFINS/CSRF/IRRF/INSS) apurados a partir de 01.10.2009, com o Processo de Crédito Prêmio de IPI, período de 01.05.1985 a 05.10.1990, que já teve trânsito em julgado do processo de conhecimento. Os honorários vem sendo reconhecidos somente quando da efetiva compensação.

16 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Circulante		
Modalidade	31.12.2012	31.12.2011
Capital de Giro.....	21.324	9.899
Capital de Giro - R.J.....	34.757	34.447
Leasing.....	137	101
Lease Back - R.J.....	5.756	3.776
ACC.....	311	302
ACC Pré Pgto.....	403	378
Debêntures.....	7.931	7.125
Total do Circulante	70.619	56.028
Não Circulante		
Modalidade	31.12.2012	31.12.2011
Capital de Giro.....	2.284	9.195
Leasing.....	1.187	1.276
Total do Não Circulante	3.471	10.471
Total Empréstimos e Financiamentos	74.090	66.499
Por Data de Vencimento		
	31.12.2012	31.12.2011
Vencidos.....	48.444	45.348
Em até 6 meses.....	18.331	8.750
De 6 meses a 1 ano.....	1.065	1.930
De 1 a 2 anos.....	2.205	3.859
De 2 a 3 anos.....	2.174	2.398
De 3 a 4 anos.....	1.871	2.107
De 4 a 5 anos.....	-	2.107
Total	74.090	66.499

Taxas		
Capital de Giro.....	CDI + 0,75% a.m. a 3,30% a.m.	
Leasing.....	CDI + 1,0% a.m.	
Lease Back.....	TR + 6,0% a.a.	
ACC.....	US\$ + 9,0% a.a.	
ACC Pré Pgto.....	EUR + 6,3% a.a.	
Debêntures.....	TJLP	

As taxas informadas referem-se às pactuadas contratualmente. Os contratos e obrigações firmadas junto a terceiros, sujeitos ao processo de Recuperação Judicial foram atualizados até o dia 05.05.2011. As operações contratadas após o período de Recuperação Judicial, estão sendo atualizadas conforme condições pactuadas.

Por Tipo de Moeda		
	31.12.2012	31.12.2011
Reais.....	73.376	65.819
Dólar Norte-Americano.....	311	302
Euro.....	403	378
Total	74.090	66.499

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos representam o seu valor justo, pois os encargos estão reconhecidos pró-rata.

Debêntures Conversíveis

Visto a inadimplência das parcelas A e B, cujo vencimento se dava em 30.12.2005, 30.12.2006, 30.12.2007, 30.12.2008 e 30.12.2009, as parcelas C e D, todas deliberadas na 10ª Assembleia de debenturistas em 27.08.2004, foram atualizadas pelos mesmos critérios das parcelas A e B - TJLP. Nas parcelas A e B, foi acrescida mora de 1% ao mês.

Conforme deliberado em Assembleia Geral de Credores da Recuperação Judicial, na data de 29.09.2011, visto a modalidade das garantias existentes, serão mantidos aos Debenturistas as condições originais de pagamento do seu crédito. Em Assembleia Geral realizada em 10.01.2012, os titulares das 117 debêntures, decidiram por buscar a via judicial para satisfação dos seus créditos, visto a não aceitação da proposta apresentada em reunião na data de 07.12.2011.

O saldo devedor unitário de cada debênture em 31.12.2012 importa R\$ 68.

17 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31.12.2012	31.12.2011
Passivo		
IRPJ sobre Diferenças Temporárias.....	32.625	33.399
CSLL sobre Diferenças Temporárias.....	11.745	12.023
Total Não Circulante	44.370	45.422

Tributos Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com o pronunciamento

do IBRACON e pela Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros aprovados pelo Conselho de Administração.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício é a seguinte:

Tributos Diferidos Passivos

	Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	
	Diferenças Temporárias e Provisões	Total
Em 31.12.2011	45.422	45.422
Baixa dos Tributos.....	(272)	(272)
Em 31.03.2012	45.150	45.150
Baixa dos Tributos.....	(251)	(251)
Em 30.06.2012	44.899	44.899
Baixa dos Tributos.....	(264)	(264)
Em 30.09.2012	44.635	44.635
Baixa dos Tributos.....	(265)	(265)
Em 31.12.2012	44.370	44.370

18 - PROVISÕES

A Companhia possui diversos processos em andamento de natureza trabalhista, tributária e civil. As respectivas provisões para contingências, quando necessárias, são constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos para os processos cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável. Quando necessário, foram efetuados depósitos judiciais.

a) Contingência - Compensações de tributos com Crédito Prêmio de IPI

Um passivo contingente de R\$ 42.247 foi reconhecido sobre os débitos próprios e de terceiros atualizados, de PIS/CO-FINS/CSRF/IRRF/INSS, compensados com o Crédito Prêmio de IPI e que ainda não foram homologados por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

b) Contingência - Crédito da Eletrobrás

Um passivo contingente de R\$ 5.910 foi reconhecido sobre o Processo nº 97.20.05919-2 contra a Eletrobrás (Empréstimo Compulsório), onde se discute a recuperabilidade do crédito de R\$ 5.910 que se encontra registrado no ativo não circulante e cuja expectativa de êxito de seus assessores jurídicos não indica que o ativo contingente é praticamente certo de ocorrer, sendo o desfecho do processo a favor da Companhia incerto. Dos processos em curso, cuja avaliação dos assessores jurídicos aponta como perda possível, a Companhia tem a seguinte estimativa:

	31.12.2012	31.12.2011
Natureza		
Tributária.....	56.956	13.599
Civil.....	9.119	-
Total	66.075	13.599

19 - PARTES RELACIONADAS**19.1 Remuneração do Pessoal da Administração**

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da Companhia para 2012 foi atribuída à remuneração dos administradores, sendo esta remuneração caracterizada como benefício de curto prazo. Os demais tipos de remuneração listados no CPC nº 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas, não são aplicados.

	31.12.2012	31.12.2011
Conselho da Administração.....	310	196
Diretoria.....	370	447
Total	680	643

20 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O Capital Social é de R\$ 33.047 dividido em 4.845.357 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 1.615.118 ações ordinárias e 3.230.239 ações preferenciais. As ações preferenciais terão prioridade, até o valor equivalente ao quociente resultante da divisão do capital social integralizado pelo número de ações emitidas, no reembolso do capital, em caso de liquidação da sociedade.

b) Proposta de Distribuição do Resultado

A política de distribuição de dividendos e/ou juros sobre o Capital Próprio, na forma da Lei nº 9.249/95, imputados aos dividendos, está estabelecida no artigo 11º do Estatuto Social, de 25% no mínimo do lucro líquido ajustado na forma do artigo nº 202 da Lei nº 6.404/76.

21 - RECEITAS

	31.12.2012	31.12.2011
Vendas Mercado Interno.....	67.385	61.343
Vendas Mercado Externo.....	8.815	5.255
Renda Operacional Bruta	76.200	66.598
Impostos sobre vendas.....	(12.857)	(10.242)
Devoluções.....	(2.493)	(9.079)
Renda Operacional Líquida	60.850	47.277

22 - RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	31.12.2012	31.12.2011
Despesas Financeiras		
Juros Passivos.....	(13.317)	(13.954)
Despesas Bancárias.....	(481)	(806)
Descontos Concedidos.....	(48)	(456)
Multas Fiscais.....	(2.038)	(70)
Outras Despesas Financeiras.....	(188)	(818)
Total das Despesas Financeiras	(16.072)	(16.104)

Receitas Financeiras

Juros Ativos.....	4.253	3.489
Descontos Auferidos.....	26	178
Variação Monetária.....	54	1
Outras Receitas Financeiras.....	576	56
Total das Receitas Financeiras	4.909	3.724

Resultado Financeiro Líquido	(11.163)	(12.380)
---	-----------------	-----------------

23 - OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	31.12.2012	31.12.2011
Créditos Fiscais.....	5.953	-
Resultado na Venda do Imobilizado..	(561)	(4.744)
AVPL Reflorestamento.....	(345)	(450)
Créditos Tributários.....	-	(64.213)
Outras Receitas e Despesas.....	30	16
Total	5.077	(69.391)

24 - COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia renovou em 08.08.2012, junto ao Itaú Seguros S.A. os seguros de natureza empresarial, lucro cessantes e responsabilidade civil. Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas, que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros. O valor segurado em 31.12.2012 é de R\$ 75.000.

25 - RESULTADO POR AÇÃO

O lucro (prejuízo) básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

	31.12.2012	31.12.2011
Numerador		
Prejuízo Líquido do exercício atribuído aos acionistas da companhia		
Prejuízo disponível aos acionistas preferenciais.....	(11.313)	(72.846)
Prejuízo disponível aos acionistas ordinários.....	(5.657)	(36.411)
Total	(16.970)	(109.257)
Denominador (em milhares de ações)		
Quantidade de ações preferenciais emitidas.....	3.230	3.207
Quantidade de ações ordinárias emitidas.....	1.615	1.603
Total	4.845	4.810

Resultado básico e diluído por ação (em Reais)

Ação preferencial.....	(3,50)	(22,71)
Ação ordinária.....	(3,50)	(22,71)

26 - INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR - EBITDA (LAJIDA)

Apresentamos abaixo a medição econômica LAJIDA (lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização), conforme Ofício Circular CVM nº 001/07.

	31.12.2012	31.12.2011	27 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO	Informação Geográfica	31.12.2012	31.12.2011
Renda Operacional Líquida.....	60.850	47.277	As informações por segmento não estão sendo apresentadas, pois a Companhia possui apenas um segmento operacional.	Argentina.....	2.067	1.391
Custo de bens e/ou Serviços			A Companhia apenas está divulgando as informações geográficas por estar inserida nos parâmetros mínimos quantitativos exigidos pela norma, ou seja, sua receita reconhecida, incluindo tanto as vendas para clientes externos quanto as vendas ou transferências intersegmentos é igual ou superior a 10% da receita combinada, interna e externa, de todos os segmentos operacionais. Na apresentação com base em segmentos geográficos, a receita do segmento é baseada na localização geográfica do cliente.	USA.....	453	613
Vendidos.....	(58.445)	(61.849)		Uruguai.....	587	281
Lucro Operacional Bruto.....	2.405	(14.572)		Espanha.....	163	-
(-) Despesas com Vendas.....	(8.179)	(6.849)		França.....	-	315
(-) Despesas Gerais	(5.110)	(6.065)		Emirados Árabes.....	28	-
(+) Depreciação/Amortização.....	4.173	6.847		Equador.....	130	-
(+) Outras Receitas Operacionais	6.024	10		Alemanha.....	35	-
(-) Outras Despesas Operacionais.....	(947)	(4.744)		Portugal.....	186	-
EBITDA	(1.634)	(25.373)		Suíça.....	15	29
% s/Renda Operacional Líquida.....	(2,69)%	(53,67)%		Outros.....	647	449
				Total.....	4.311	3.078

DIRETORIA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	Eder Bononomi
Fabrizio Pozzi Colzani - Diretor Presidente e de Relações com Investidores	João Henrique Marchewsky - Presidente	Contador
José Carlos Azevedo - Diretor Industrial	José Carlos Azevedo - Membro	CRC-SC nº 033646/O-4
	Massatoshi Furukawa - Membro	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da BUETTNER S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. Examinamos as demonstrações financeiras da BUETTNER S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Responsabilidade dos auditores independentes Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.	Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras Não se dispõe de trabalho técnico que permita concluir se o valor contábil do ativo imobilizado, intangível e ativo biológico é compatível com seu valor passível de recuperação ("Impairment") pelo uso ou pela venda de conformidade com o que estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras Em nossa opinião, exceto quanto ao assunto mencionado no parágrafo base de opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BUETTNER S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Ênfase . Continuidade normal das atividades da Companhia A Companhia apresenta patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) e o nível de endividamento, com passivos atualizados até a data de 05 de maio de 2011, principalmente relacionado a fornecedores, instituições financeiras, tributos e encargos sociais é relevante e desequilibra a sua capacidade de liquidez de curto e longo prazos. Conforme mencionado na nota explicativa 1, a administração entrou com pedido de Recuperação Judicial em 05 de maio de 2011, deferido pelo juiz da Vara Comercial do Foro da Comarca de Brusque em 13 de maio de 2011, para o qual já apresentou o respectivo plano de Recuperação Judicial, o qual foi aprovado pela Assembleia Geral de Credores na data de 29 de setembro de 2011, e vem adotando diversas medidas para o restabelecimento de seu equilíbrio financeiro, econômico e patrimonial e para a recuperação da sua lucratividade operacional. Conforme mencionado na nota explicativa 01, a Juíza da Comarca de Brusque-SC indeferiu, em 28 de fevereiro de 2012, o processo de recuperação judicial, decretando a falência da Companhia. A Companhia impetrou agravo de instrumento contra a decisão proferida pelo Juízo da Vara Comercial da Comarca de Brusque - SC, sendo que em 14 de março de 2012 teve o seu pedido indeferido, sendo encaminhado para deliberação do mérito junto a Câmara Civil Especial. Em 19 de abril de 2012,	a Companhia impetrou Mandado de Segurança, distribuído ao Grupo de Câmaras de Direito Comercial do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, contra ato da MM. Juíza de Direito de Segundo Grau, o qual indeferiu a atribuição de efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento, tendo, em 23 de abril de 2012 (publicação no Diário da Justiça de 30.04.2012), sido concedida decisão, em caráter liminar, para fins de concessão do efeito suspensivo pleiteado, retornando a Companhia ao processamento de sua "RECUPERAÇÃO JUDICIAL". O Sucesso dessas medidas e a homologação em definitivo do Plano de Recuperação Judicial, ratificando e ampliando as alternativas para a realização de negócios seguros e com resultados positivos, é essencial para a Companhia honrar os compromissos assumidos com credores em geral. As informações contábeis contidas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 foram preparadas e são apresentadas considerando a continuidade normal dos negócios da Companhia, e não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores ativos ou quanto aos valores e a classificação dos passivos que seriam requeridos no caso de insucesso das medidas mencionadas na nota explicativa 1. Outros Assuntos . Demonstração do valor adicionado Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. . Demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011 comparativas As demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2011, apresentadas comparativamente, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer sem ressalvas em 15 de março de 2012. Jaraguá do Sul (SC) 24 de Janeiro de 2013. CASSULI AUDITORES INDEPENDENTES S/S CRC(SC) nº 007.718/O-0 CVM 1170-3 ALEXANDRE POLEZA Contador CRC (SC) nº 027461/O-4
---	---	---